

**EXPANSÃO NO ENSINO SUPERIOR: A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO
ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA
UFRN**

Naelly Carla Medeiros Araújo

naellycarla@hotmail.com

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal
do Rio Grande do Norte (UFRN)

Antônio Cabral Neto

acabraln@yahoo.com.br

Professor Doutor do Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar como a Educação a distância-EAD vem contribuindo para a expansão do ensino superior, principalmente no que concerne aos cursos voltados para a formação de professores da educação básica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN. O texto reporta sobre a formação de professores por meio da modalidade de educação a distância e, discute a expansão da EAD na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O artigo foi elaborado tomando por base a bibliografia que aborda o tema da educação a distância, os documentos oficiais, normas e dados disponíveis no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas/SIGAA. Dentre as principais conclusões destacam-se: a expansão da EAD, na UFRN, vem se verificando pela indução de programas financiados pelo MEC; o número de alunos ingressantes aumenta consideravelmente nos anos em que são ofertados os cursos de licenciatura; verifica-se um alto índice de cancelamento de matrículas, embora ele venha sendo reduzido nos últimos anos; o número de concluintes é também baixo, entretanto observa-se uma tendência de melhoria de conclusão nos últimos anos.

Palavras-chave: Educação a Distância. Formação de professores. Ensino superior.

INTRODUÇÃO

A educação a distância no Brasil recebe novo direcionamento na década de 1990, em razão de ter se ampliado em várias áreas, principalmente na formação e professores. Diante disso, ocorreram transformações que repercutiram no sistema educacional brasileiro com a implementação de políticas voltadas para o campo educacional, com o objetivo de ampliar a qualificação profissional por meio dessa modalidade de educação.

Com essa configuração, a temática ganha relevância, e ao mesmo tempo, levanta inquietações em torno de como a educação a distância vem se assumindo nos últimos anos. Destaca-se que essa tem um perfil de modalidade que se caracteriza por está sendo cada vez mais adotada no Brasil como estratégia de expansão da educação superior, notadamente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB n. 9.394/96 e das normativas dela decorrentes como os decretos nº 2494/98; 2.561/98; 5.622/2005 e 5.800/2006.

O artigo objetiva analisar, especificamente, como a EAD contribui para a expansão de cursos voltados para a formação inicial de professores da educação básica, focando a situação da UFRN.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

De acordo com Castro (2005) a modalidade de educação a distância foi uma estratégia alternativa para a formação de educadores para a década de 1990, e sedimenta uma política baseada em princípios de eficiência, flexibilidade e descentralização. A autora faz uma análise dos documentos que antecederam a política de educação a distância para a formação de professores, com o enfoque na atuação dos governos de Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso.

No governo de Collor de Melo o discurso enfatizava à modernização do país perante soluções quantitativas e qualitativas para a educação, visto que o Brasil deveria atingir padrões de modernidade compatível com os países desenvolvidos. Em contrapartida, a educação não ganhou centralidade na configuração da agenda governamental, uma vez que os planos elaborados para a época não obtiveram êxito no que concerne a organicidade das ações.

Para Castro (2005), considerando os planos do governo de Collor de Melo, “é evidente a incorporação do ideário neoliberal nos planos elaborados para a área educacional. Todavia, no que se refere à formação de professores por meio da EAD, “os programas que surgiram foram pontuais e não resultantes de uma política sistematizada”. Segundo Castro (2005, p.93) pode-se considerar que “O programa Um Salto para o futuro é um exemplo de que já se procurava uma alternativa mais consistente para a implantação de uma política de capacitação de professores, ao estilo sugerido pelas recomendações da CEPAL e do Banco Mundial”.

No governo de Itamar Franco, como afirma Castro (2005), merece destaque o Plano Decenal de Educação Para Todos (1993-2003), cuja elaboração decorreu do compromisso assumido pelo Brasil na Conferência de Jomtien na Tailândia. Nesse plano, a melhoria do desempenho e da formação dos professores é enfatizada e ganha relevância na terceira e quarta partes do documento. Segundo Castro (2005),

Na terceira parte, o documento prevê o uso da tecnologia na educação, visando apoiar escolas, os professores e os dirigentes e prevê, também, o apoio às redes escolares locais, incluindo, entre outros, programas de educação aberta a distância, centro de difusão cultural, bibliotecas, núcleos de multimeios e espaços de ação comunitária. A quarta parte do Plano Decenal, denominada Medidas de instrumento de implementação, reforça a preocupação com a formação do professor. (CASTRO, 2005, p. 98)

No governo de Fernando Henrique Cardoso, como diz Castro (2005), o que ganhou relevância na pauta política foi a proposta de modernização do Brasil, preocupando-se em inseri-lo em padrões de competitividade e modernidade. Nesse governo a educação a distância foi recomendada em alguns documentos para a área. O documento Planejamento Político Estratégico (1995-1998) trouxe diretrizes que nortearam a criação de um canal TV para o atendimento do sistema educacional, como estratégia de uma política de formação continuada de professores, consubstanciando-se no programa TV Escola; proposta essa, enfatizada no Plano Nacional de Educação (2001).

No que se alude à qualificação dos professores, o Plano Nacional de Educação propõe uma meta,

Capacitar, em cinco anos, pelo menos, 500 mil professores para a utilização plena do TV Escola e outras de programação educacional, ou ainda, assegurar às escolas públicas de nível fundamental e médio, o acesso universal à TV Escola, com o fornecimento de equipamento correspondente, promovendo sua integração no projeto pedagógico da escola. (BRASIL, 2001, p.51)

O Plano Nacional de Educação (2001), em suas diretrizes estabelece a EAD como uma estratégia de formação continuada de professores, sob a recomendação que essa modalidade de ensino seja acompanhada de momentos presenciais.

Para André, Barreto e Gatti (2011) o Plano Nacional de Educação, sancionado pela Lei nº 10.172/2001, reiterava a importância da EAD nas políticas de educação e estabelecia diretrizes, estratégias e metas para a sua implementação com o intuito de dar ênfase à política de EAD para a formação docente em nível superior a distância. Diante disso,

O que se verifica é que a formação de professores para a educação básica, presencial ou a distância, é feita em todos os tipos de licenciatura de modo fragmentado entre as áreas disciplinares e os níveis de ensino, não contando o Brasil, nas IES, com uma faculdade ou instituto próprio, formador desses profissionais, com uma base comum formativa como observado em outros países, onde há instituições ou unidades universitárias específicas para a formação de professores para a educação básica, englobando todas as especialidades, com estudos, pesquisas e extensão relativos à educação, à escolarização, à atividade didática e às reflexões e às teorias a ela associadas. (ANDRÉ; BARRETO; GATTI, 2011, p. 101)

Em relação ao governo de Lula da Silva (2002-2010) a educação passa a ser considerada um fator relevante para a distribuição de renda da população mais pobre. Dessa maneira, para Oliveira (2009),

A educação tem sido apontada como um importante setor de distribuição de tais políticas: do Bolsa-Família aos programas dirigidos à juventude, tais como o ProJovem “e o Primeiro Emprego”, o setor da educação tem exercido papel crucial na implementação de programas sociais dirigidos aos mais pobres. Por meio de acordos firmados entre o governo federal, estados e municípios, tais programas têm sua execução descentralizada e repassada ao nível local. Observa-se, assim, que como política social a educação tem cumprido relevante tarefa na distribuição de renda aos mais pobres que se encontram na condição de assistidos, exercendo muitas vezes importante papel na seleção de públicos atingidos. Esses programas chegam à escola pública como mais uma tarefa a ser desempenhada em meio ao conjunto de exigências apresentado aos docentes. (OLIVEIRA, 2009, p. 203-204)

Evidencia-se que o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE é observado como uma política do governo de Lula da Silva, e segundo Oliveira (2011, p.07), foi através desse plano que a EAD foi consolidada como um meio de formação de professores. Segundo essa autora,

Particularmente no segundo mandato do presidente Lula da Silva (2007-2010), a EAD se fortaleceu e se consolidou como estratégia de formação de professores, através do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) - Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007. (OLIVEIRA, 2011, p. 7)

Diante do exposto, fica evidente que a educação a distância é uma das formas de expansão da educação superior com ênfase na formação de professores da educação básica. Porém, para Giolo (2008, p. 1211) a formação de professores “deve ser realizada em sala de

aula, lócus que condensa a cultura do ensinar e do aprender e é constituído por relações humanas indispensáveis para a prática docente”.

EXPANSÃO DA EAD NA UFRN

A ampliação da EAD na Universidade Federal do Rio Grande do Norte se constituiu a partir de 2005, por meio da adesão às políticas nacionais de Educação a Distância. Sendo assim, a UFRN propagou cursos vinculados ao programa Pró-licenciatura, especificamente, nos cursos de Física, Química, Matemática e Biologia. Com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), ocorreu uma expansão na oferta de outros cursos na modalidade a distância, como Geografia, Pedagogia e dentre outros. Por sua vez, as políticas para a educação a distância configuram-se no contexto de expansão da educação superior brasileira, com influência do novo modo de produção sustentado pelas novas tecnologias da informação e comunicação. Segundo Pernambuco (2011, p.13) “A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) foi uma das primeiras instituições de Ensino superior públicas a experimentar a oferta da modalidade a distância”.

No ano de 2003, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) cria a Secretaria de Educação a Distância (SEED) com o objetivo de “promover a expansão do ensino superior para municípios onde é inviável a criação de uma estrutura permanente de oferta de curso, ampliando as oportunidades de acesso a esse nível de ensino” (PERNAMBUCO, 2011, p.14). Nesse sentido, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte cria a SEDIS, Secretaria de Educação a distância da UFRN, possibilitando, segundo Dantas e Rêgo (2011, p.127) “agilizar as decisões e dar flexibilidade e autonomia às ações [...] assumindo em 2005 o seu primeiro grande projeto”.

A criação da SEDIS foi de grande importância para consolidar essa modalidade de ensino na universidade Federal do Rio Grande do Norte. Desse modo, Pernambuco (2011, p.16) baseando-se no texto de divulgação da UAB, disponibilizado na página da CAPES, mantém a ideia de que em dezembro de 2005, as ações da SEDIS são configuradas no Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), “uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância-SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância-DED/CAPES com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE”. Essa autora afirma que a SEDIS é considerada uma referência nacional na produção de materiais em EAD programas coordenados pelo MEC.

Os dados registrados na tabela 1, apresentada na sequência textual, comprovam a situação relativa à expansão da educação superior na modalidade a distância na UFRN,

referente ao número de alunos ingressantes, cancelados, ativos e concluintes no período de 2005 a 2014.

Tabela 1- Expansão da Educação superior a distância na UFRN, segundo número de alunos ingressantes, cancelados, ativos e concluintes (2005 - 2014)

ANO	ING.	CANC.	%	ATIVOS	%	CONC*.	%
2005	1.573	1.178	74,9	32	2	363	23,1
2006	321	126	60,7	0	0	195	39,3
2007	966	672	69,6	70	7,2	224	23,2
2009	687	361	52,5	59	8,6	267	38,9
2010	1.329	780	58,7	313	23,6	236	17,7
2011	397	150	37,7	241	60,6	7	1,7
2012	2.277	786	35	1.491	65,5	-	-
2013	496	61	12,3	435	87,7	-	-
2014	1.138	35	3	1.103	96,9	-	-

Fonte: (Secretaria de Educação a Distância- SEDIS, 2014)

Os dados sistematizados, na Tabela 1, são relativos ao processo de expansão da educação superior a distância na Universidade Federal do Rio grande do Norte, no período de 2005 a 2014, demonstrando o número de alunos ingressantes, cancelados, ativos e concluídos, a cada ano, além do percentual de cada uma dessas categorias.

Como se pode constatar na tabela 1, nos anos de 2005, 2010, 2012 e 2014, o número de alunos ingressantes é superior aos outros anos registrados. Essa superioridade deve-se a ocorrência da oferta de novos cursos das licenciaturas. O baixo número de alunos ingressantes, no ano de 2006, foi decorrência do fato de que foi ofertado, apenas, o curso de Administração para as turmas-piloto. A retomada do crescimento, a partir do ano de 2007, decorre do aumento da oferta nos cursos das licenciaturas. Ademais, o crescimento foi influenciado pelos investimentos públicos nesse campo educacional, principalmente, na formação de professores para a educação básica nas áreas de Física, Matemática, Química e Geografia. Ressalta-se que o aumento de ingressantes na Educação a Distância pode ser consequência do financiamento de Programas, como o Pró-licenciatura que oferece formação inicial a distância a professores em exercício nos anos finais do ensino fundamental ou no ensino médio dos sistemas públicos de ensino e da Universidade Aberta do Brasil – UAB. Esse programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio dessa modalidade, com o propósito de formar professores e outros profissionais da Educação nas áreas da diversidade.

No ano de 2010, como mostram os dados, o índice de alunos ingressantes aumentou em decorrência da oferta da licenciatura em Ciências Biológicas e de Bacharelado em Administração Pública.

No ano seguinte, 2011, ocorreu uma redução dos números de ingressantes porque apenas foi ofertado o curso de Administração Pública, em alguns polos de EAD da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Já no ano de 2012, há um aumento significativo de alunos ingressantes nessa modalidade, devido à entrada de novas turmas nos cursos de licenciatura nesse sistema de educação, nas áreas da Biologia, Educação Física, Pedagogia e Letras. Os dados revelam que em 2013, o número de alunos que ingressaram na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na modalidade a distância, foi inferior ao ano de 2012, porque o único curso ofertado, no ano de 2013, foi o curso de Tecnólogo em Gestão Pública. Segundo a Secretaria de Educação a Distância da UFRN, o curso de Tecnólogo em Gestão Pública surgiu para atender, apenas, aos servidores federais da UFRN, UFERSA e IFRN, que ainda não possuíam formação em nível superior, com perfil inerente àquele demandado pelas instituições públicas.

O grande crescimento de alunos ingressantes, em 2014, foi motivado pela oferta de novas turmas nos cursos da licenciatura nas áreas de Ciências Biológicas, letras - português e Pedagogia. Sendo assim, os dados permitem afirmar que há uma tendência de aumento substancial de ingressantes nos anos que são ofertados os cursos de licenciatura na Educação Superior a Distância.

Em relação ao número de alunos cancelados e concluintes, os dados mostram que nos primeiros anos da Educação a Distância na UFRN, houve grande parcela de matrículas canceladas e o índice de conclusão foi muito baixo. Porém, é perceptível que há uma tendência na redução desses alunos cancelados, em ritmo variado. Em 2005, dos 1.573 alunos ingressantes, 1.178 cancelaram o curso e, apenas, 363 concluíram. Ou seja, do total nesse ano, 74,9% cancelaram e, apenas, 23,1% concluíram o curso, restando ainda trinta e dois alunos ativos (2%). Entretanto nos anos seguintes, esse número vem diminuindo gradativamente.

Quando se observa o número de concluintes, percebe-se que são poucos os que obtêm sucesso nessa modalidade de ensino na UFRN. Não obstante, esses percentuais são compatíveis com aqueles verificados, nesse formato de educação, quando considerada a situação brasileira, segundo dados do INEP. Essa baixa taxa de conclusão pode ser atribuída a uma série de fatores tais como: falta de interação pedagógica entre professor e alunos, ausência de uma cultura da clientela para lidar com os recursos tecnológicos, pouca autonomia para o desenvolvimento dos estudos e do tempo destinado a realizar as atividades,

ingresso em cursos que requer conhecimentos prévios de conceitos elementares que deveriam ter sido apropriados na educação básica.

No que concerne à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a área de maior atuação na EAD, diz respeito à formação de professores. Essa ênfase, assumida pela instituição, decorre, dentre outros fatores, da necessidade constatada de preparar docentes para atuarem na educação básica, principalmente, no que concerne às áreas de química, física, matemática e biologia, áreas essas, historicamente, reconhecidas como deficitárias na formação de professores, inclusive pela pequena quantidade de docentes formados nos cursos presenciais da UFRN.

Os dados organizados na tabela 2 explicitam a situação dos cursos de licenciaturas ofertados, pela instituição, nas áreas de humanas, exatas e biológicas, destacando o comportamento observado no que concerne ao número alunos ingressantes e cancelados.

Tabela 2– Expansão do ensino superior a distância na UFRN, segundo o número de alunos ingressantes e cancelados nos cursos de Licenciatura no período de 2005-2012.

ANO	QUÍMICA			FÍSICA			MATEMÁTICA			BIOLOGIA			GEOGRAFIA		
	ING.	CANC.	%	ING.	CANC.	%	ING.	CANC.	%	ING.	CANC.	%	ING.	CANC.	%
2005	360	274	76,1	607	452	74,5	606	452	74,6	-	-	-	-	-	-
2007	208	172	82,7	273	214	78,4	358	247	69,0	-	-	-	128	39	30,5
2009	53	33	62,3	49	38	77,6	66	50	75,8	262	134	51,1	257	106	41,2
2010	145	109	75,2	101	80	79,2	231	148	64,1	153	99	64,7	286	140	49,0
2012	130	64	49,2	31	20	64,5	148	78	52,7	295	119	40,3	300	96	32,0

Fonte: (Secretaria de Educação a Distância- SEDIS, 2014)

Os dados da tabela 2 demonstram que no ano de 2005 e 2007, nos cursos de Química e Física, a porcentagem dos alunos cancelados foi maior do que no curso de matemática. Observa-se, conquanto, que, no ano de 2009, os cursos de Química e Física apresentam uma considerável redução no número de alunos cancelados. Já no ano 2010, nesses mesmos cursos, constata-se um aumento relevante desse índice. A redução do cancelamento das matrículas ocorre, em todos os cursos (Química, Física, Matemática, Biologia e Geografia), no ano de 2012.

No curso de Física, evidencia-se, em 2005, dos 607 alunos que ingressaram, 452 suspenderam definitivamente a matrícula (74,6%), o que representa um índice de cancelados superior ao ano de 2012, que ficou no patamar de 64,5%.

Referente ao curso de Biologia vê-se um aumento do número de alunos nessa circunstância, no ano de 2010 (64,7%), bem superior ao percentual verificado em 2009 (51,1%). No ano subsequente (2012) observa-se que ocorreu uma redução considerável no número de alunos cancelados (40,3%).

O curso de Geografia apresenta um comportamento diferente dos cursos da área de exatas, pois se verifica que, no ano de 2007, ano de criação desse curso na EaD, na UFRN, dos 128 alunos ingressantes, apenas, 30,5% cancelaram o curso. Já no ano de 2009 e 2010 ocorre um maior índice de alunos que desistiram oficialmente, tendo em vista que, no ano de 2009, o índice foi de 41,2% e, em 2010, 49,0%. Apesar disso, no ano de 2012, ocorre uma redução no número de cancelamento de matrículas, visto que dos 300 alunos que ingressaram, nesse ano, no curso de geografia, apenas, 32% cancelaram os seus cursos.

Diante desses dados, é possível dizer que o menor índice de alunos cancelados, no ano de 2012, em todos os cursos, pode ser consequência de quatro fatores principais: i) nesse período de tempo as novas tecnologias ficaram mais acessíveis, facilitando a permanência dos aprendizes no curso; ii) a vida globalizada que exige um tempo mais flexível e a EAD permite essa flexibilização; iii) a presença do tutor contribui para a permanência dos alunos. O tutor tem a função de manter o aluno conectado ao curso; ele dá suporte a esses, orientando-os e motivando-os aos estudos e encaminhando suas dúvidas ao professor; iv) o contato entre professor-aluno e tutor-aluno foi facilitado através de uma nova tecnologia, a plataforma *moodle*, um *software* que funciona em qualquer meio virtual e é utilizado para colocar textos, atividades, trabalhos em ambiente de interação.

CONCLUSÃO

Diante das reflexões sistematizadas neste artigo, sobre a educação a distância como uma estratégia de formação de professores para atuar no sistema de ensino básico, pode-se evidenciar que a educação a distância ocupa um espaço estratégico nas políticas educacionais com ênfase no ensino superior. Várias foram as iniciativas que buscaram a implementação e atuação dessa modalidade educacional como forma de expansão e democratização da população à educação. Porém, sua consolidação ganhou maior destaque apenas com a promulgação da LDB nº 9.394/96 e das normativas dela decorrentes. É importante destacar a influência dos organismos internacionais, como a Unesco e o Banco Mundial, na

configuração dessa modalidade, argumentando que os países em desenvolvimento necessitam expandir os seus sistemas de ensino superior. Esses organismos argumentam que o ensino presencial não dá conta de atender o contingente populacional na área da educação, sendo a EAD uma possibilidade estratégica de redução de custos, a abertura e ampliação da democratização do acesso, maior flexibilização do tempo e espaço, carência qualitativa e quantitativa de professores, daí uma expansão mais abrangente na área de professores.

Dessa maneira, as conclusões relativas a situação da UFRN podem-se destacar: a) a UFRN situa-se nesse movimento lançando mão da EAD como estratégia de expansão da graduação, notadamente, em cursos de formação de professores para educação básica; b) a expansão dessa modalidade de educação, na UFRN, vem se verificado pela indução de programas financiados pelo MEC; c) o número de alunos ingressantes aumenta consideravelmente nos anos em que são ofertados os cursos de licenciatura denotando, portanto, que essa modalidade de educação é utilizada na UFRN, preferencialmente, para a formação de professores; d) verifica-se um alto índice de cancelamento de matrículas, embora ele venha sendo reduzido nos últimos anos; e) o número de concluintes é também baixo, mas situa-se dentro do padrão vigente para essa modalidade de educação em nível nacional, entretanto observa-se, na UFRN, uma tendência de melhoria dessa situação nos últimos anos, apresentados na tabela (2005-2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; GATTI, Bernardete Angelina. **Políticas docentes no Brasil: um estudo da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação 2001-2010 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L10172.htm> Acesso em: 30 de outubro de 2015.

_____. **Lei nº 9.493, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. **Política de educação a distância: uma estratégia de formação continuada de professores**/ Alda Maria Duarte Araújo Castro. Natal, RN: EDUFRN-Editora da UFRN, 2005.

DANTAS, Eugênia Maria; RÊGO, Maria Carmem Freire Diógenes. Educação a distância na UFRN: recortes sobre caminhos percorridos. In: NETO, José Correia; PAIVA, Maria Cristina Leandro de. (Orgs.). **A Prática da Educação a Distância na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. – Natal: EDUFRN, 2011.

GIOLO, Jaime. **A educação a distância e a formação de professores**. Educação e Sociedade, Campinas, v.29, n.105, p.1.211-1.234, set./dez. 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências**. 2009. Disponível em: <[http://file:///C:/Users/Motel/Downloads/19491-70742-1-PB%20\(1\).pdf](http://file:///C:/Users/Motel/Downloads/19491-70742-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em 25 de nov. 2015.

OLIVEIRA, Daniela Motta de. **Educação a distância e formação de professores em nível superior no Brasil**. 2011. Disponível em <<http://www.anped11.uerj.br/32/gt11-5485--int.pdf>> Acesso em: 30 de dez. 2015.

PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. A implementação da educação a distâncias nas Instituições de ensino superior públicas brasileiras. **A prática da Educação a Distância na Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. In: Paiva, Maria Cristina Leandro de Paiva; TORRES NETO, José Correia (Orgs.). – Natal: EDUFRN, 2011.